
Confluências filosóficas para os estudos de classificação das artes: aproximações de Bacon, Hegel e Harris

Confluencias filosóficas para la clasificación de las artes: aproximaciones de Bacon, Hegel y Harris
Philosophical confluences for the classification of Art studies: the approaches of Bacon, Hegel, and Harris

Verônica de Sá FERREIRA, Rodrigo de SALES

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PPGCI/UFF, Rua Tiradentes 148, Ingá - Niterói - RJ - Brasil - CEP: 24210-510, saferreira.v@gmail.com. rodrigo.sales.s@gmail.com

Resumen

Analiza las influencias filosóficas de la clasificación bibliográfica de William Torrey Harris, reconocida por la literatura del área, como la fuente más inmediata utilizada por Dewey para la creación de su sistema. Ampliando la reflexión sobre las bases teóricas adoptadas por Harris, se propone cuestionar el lugar ocupado por Francis Bacon en este esquema. El incentivo para la discusión parte del artículo publicado en 1959 por Eugene E. Graziano, que indica el pensamiento hegeliano como el verdadero soporte filosófico del esquema de Harris y, consecuentemente, de la clasificación bibliográfica más utilizada en el mundo, de Dewey. Usando la clase de asuntos destinada a las Artes, Graziano expone evidencias que buscan acercar el pensamiento de Hegel y apartar el de Bacon. En este ensayo, se propone examinar el entendimiento de Arte que sustentó las clasificaciones de Bacon, Hegel y Harris. Los resultados presentados apuntan con claridad a la presencia hegeliana no asumida explícitamente por Harris y Dewey en sus sistemas y aún poco estudiada en el campo de la representación de la información en Brasil. Se concluye, a diferencia de Graziano, que no es posible apartar totalmente el pensamiento baconiano de la estructura de la clasificación bibliográfica de Harris, sin embargo, la presencia de Hegel se confirma como la fuente alimentadora del contenido de la clase Artes. La claridad de la revelación de Graziano, a través de las Artes, amplía las discusiones teóricas dejadas en abierto por Harris y Dewey, evidenciando la importancia del debate.

Palabras clave: Teoría de la clasificación. Organización del conocimiento. Clasificación de las artes. William Torrey Harris. Francis Bacon. G. W. F. Hegel.

1. Introdução

Em tempos de se questionar o determinismo positivista das classificações bibliográficas e de se buscar alternativas teóricas que vislumbrem novas possibilidades de organização e representação do conhecimento, o presente ensaio ousa tomar o caminho inverso e reabrir uma discussão no âmbito das já consagradas perspectivas que

Abstract

This article analyzes the philosophical influences that grounded the William Torrey Harris's bibliographic classification structure, recognized in the area literature as the most immediate source used by Dewey to create his system. Expanding the reflection about the theoretical bases adopted by Harris, it is proposed to question the place occupied by Francis Bacon in this scheme. The encouragement for the discussion starts from the article published in 1959 by Eugene E. Graziano, which points to hegelian's thought as the true philosophical support of the Harris' scheme and, consequently, for the most widely used bibliographic classification in the world, Dewey's. Drawing on the subjects class Arts, Graziano raises evidences that try to approximate the hegelian thought and to remove the one of Bacon. In this essay, it is proposed to examine the understanding of Art that formed the classifications of Bacon, Hegel, and Harris. The results presented clearly indicate Hegel's presence not explicitly assumed by Harris and Dewey in their systems and still little discussed in information representation in Brazil. It is concluded, unlike Graziano, that it is not possible to completely remove Baconian's thought from the structure of Harris's bibliographic classification, however, the presence of Hegel really confirms itself as the feeder source of the Arts class content. The clarity of the revelation pointed out by Graziano, through the Arts, amplifies the theoretical discussions left open by both Harris and Dewey, highlighting the importance of this debate.

Keywords: Classification theory. Knowledge organization. Arts classification. William Torrey Harris. Francis Bacon. G. W. F. Hegel.

servem de aporte para os estudos das classificações de bibliotecas. Neste cenário, a literatura que vem há décadas se ocupando com a história das classificações de bibliotecas no ocidente parece afinada com o discurso de que a classificação das ciências proposta por Francis Bacon no século XVII foi a base forte das principais classificações bibliográficas desenvolvidas no século XIX, especificamente nos Estados Unidos, com

destaque para as classificações de Harris e Dewey (Leidecker, 1946; Sayers, 1955; Eaton, 1959; Mills, 1960; La Montagne, 1961; Barbosa, 1969; Foskett, 1973; Vickery, 1980; Piedade, 1983; Wiegand, 1998). Entretanto, e em que pese estudos desta natureza ocorridos nos Estados Unidos, se por um lado é possível flagrar a hegemonia do crédito dado à classificação de Bacon para as pesquisas relativas às classificações bibliográficas, por outro lado observa-se umas poucas afirmações que questionam o protagonismo da influência de Bacon nas classificações de bibliotecas, e atribuem a Hegel o fundamento mais marcante nas classificações de Harris e Dewey (Graziano, 1959; Olson, 2011).

Dentre estas vozes dissonantes, este ensaio toma como ponto de partida e como inspiração para uma análise mais crítica a afirmação do pesquisador e bibliotecário norteamericano Eugene E. Graziano, para quem a classificação de Harris e a classificação de Dewey pouco ou quase nada tinham a ver com a classificação de Francis Bacon. Segundo Graziano (1959), a classificação de livros de William Torrey Harris, publicada em 1870, fonte principal da classificação de Dewey, era um sistema classificatório de base hegeliana, sobretudo no que se referia às subdivisões das Artes.

Entendendo que a influência de Hegel quase nunca é abordada no ensino e na pesquisa de classificações bibliográficas no Brasil, procura-se aqui examinar mais de perto a pertinência da concepção de Graziano (1959) e avançar um pouco mais na discussão que se refere à classificação dos assuntos atinentes às Artes. Considerando que o texto de Eugene Graziano é praticamente desconhecido na comunidade científica brasileira, adota-se neste ensaio uma estratégia semelhante a que foi empregada pelo autor, ou seja, uma análise comparativa entre as divisões de Bacon, Hegel e Harris para a classe de Artes, no intuito de verificar sua plausibilidade e avançar a discussão em prol dos aportes teóricos que sustentam o debate a respeito das classificações bibliográficas. Toma-se tal postura por entender que a contribuição para o universo da organização e representação do conhecimento pode se dar também pela rediscussão de abordagens já consolidadas pela área, o que, na melhor das hipóteses, pode propiciar uma ampliação no que se refere à compreensão teórica das classificações bibliográficas.

2. Pressupostos de uma comparação

Em artigo de 1959, Eugene E. Graziano afirma que a classificação de livros proposta por William Torrey Harris (1835-1909) – e consequentemente a Classificação Decimal de Dewey –, não

tiveram influência filosófica de Francis Bacon (1561-1626), sendo inspiradas, essencialmente, no pensamento de Hegel (1770-1831). Aponta-se a classificação de Dewey como consequência de Harris, pois estudos acerca das influências sofridas por Dewey na elaboração de seu esquema evidenciam que ordem e lógica de suas classes principais de assunto derivam do sistema de Harris. Segundo Graziano (1959, p.51-52):

The Harris and Dewey Systems have been supposed by some to be related to the classification of Francis Bacon. The evidence is strongly against the validity of such a supposition. Evidence is very strong, if not conclusive, that the philosophy of Hegel is integral to the ordinal relationship of these classes, and that the demand for logic in the order is satisfied only in terms of Hegel's philosophy.

Para assegurar tal conclusão, Graziano (1959) analisa e compara (Figura 1) as divisões das classes Belas Artes, exatamente como ordenadas nas respectivas classificações de Harris, Hegel e Bacon – como afirma.

| <i>Harris</i> | <i>Hegel Fine Arts</i> | <i>Bacon Poesy</i> |
|---|----------------------------|---|
| 64. (B) Art | | |
| 65. XII. Fine Arts | | |
| a. Architecture | 1. Architecture | A. Narrative or Heroic (Epic) |
| b. Sculpture | 2. Sculpture | B. Dramatic |
| c. Drawing and Painting | 3. Painting | C. Allegorical. Fables, mythologies, etc. ²² |
| d. Engraving and lithography | | |
| e. Pictures | | |
| f. Music | 4. Music | |
| 66. XII. Poetry | 5. Poetry. ²¹ | |
| 69. XIV. Prose Fiction.²⁰ | | |

Figura 1. Comparação de Graziano (1959, p. 51)

A partir desta avaliação, Graziano (1959, p. 51) estrutura o seguinte questionamento:

When we observe further that Bacon makes "Music" and "Architecture" subclasses of "Mathematics"; and that he subsumes most of the fine arts under "Philosophy", there can be little question as to where Harris found his classes. In art, the Hegelian progression is from the art closest to matter, architecture; to poetry and prose, which are the "purest" arts because they are furthest from matter, and the senses, and depend almost entirely upon imagination for medium.

O posicionamento de Graziano, curiosamente, colide de modo significativo com a tradição literária referente à história das classificações de bibliotecas, que defende o pensamento de Bacon como a influência filosófica que deu suporte à organização de livros nestes espaços. De igual maneira, a consideração do autor desafia as próprias afirmações de Harris e Dewey sobre a presença baconiana em seus sistemas.

A citação de Graziano impulsiona este ensaio que buscará compreender o ponto de vista do autor, aproximando as três classes apresentadas na Figura 1. Nosso horizonte serão as ideias expostas nos livros “O progresso do conhecimento” de Francis Bacon (1605 – edição consultada de 2007) e “Curso de Estética: o Sistema das Artes”, de G. W. F. Hegel (1835 – edição consultada de 1997), bem como o artigo “Book Classification”, de William Torrey Harris (1870).

2.1. A arte no sistema de Bacon

Dar-se-á início pelo ponto de divergência apontado por Graziano (1959), a classe Poesia elaborada por Bacon e apresentada da seguinte forma:

| <i>Poesia</i> |
|--------------------------------------|
| Narrativa ou Heroica (Épica) |
| Dramática |
| Alegórica. Fábulas, Mitologias, etc. |

*Tabela 1. Classe Poesia de Bacon.
Trecho da comparação de Graziano*

Entende-se que Graziano (1959), ao elaborar sua análise comparativa sobre a classe Belas Artes (Figura 1), toma como ponto de partida a posição intermediária que estas classes ocupam nos sistemas de Bacon e Harris. Isto explica porque o autor utilizou como referência para a comparação a Poesia de Bacon, e não a Arte ou os assuntos atinentes à esta, que se desmembram predominantemente na Filosofia.

Em sua obra “O progresso do conhecimento”, Bacon explica as divisões da classe Poesia e das demais classes que compõe o esquema por ele criado. Dividida em dois livros, apresenta: no primeiro, “um panorama com questões e entendimento do que é o conhecimento [...] indicando como ele deve ser produzido e para que propósitos devam servir, como parte do ‘progresso da humanidade’” (Shirayama, 2016, p. 46); no segundo livro, traz a classificação dos saberes de maneira detalhada. Realiza um “mapeamento das partes do conhecimento que apontam as condições atuais de desenvolvimento de cada uma. Se as partes estão defectivas, perfeitas ou inacabadas” (ibidem, p. 46).

A classificação de Bacon pretendia ser mais do que uma simples ordenação das ciências e sim um método, guia determinante de como o conhecimento deve ser construído. Isto é, “[...] quais os limites e de que forma deve ser abordada cada parte, pois para ele, o conhecimento, na concepção aristotélica, era algo único e cada parte

formaria um todo amarrado, onde as áreas eram próximas umas das outras” (ibidem, p. 48).

No mapeamento do “aprendizado humano” – como o nomeia –, Bacon estabelece que “as partes do conhecimento humano fazem referência às três partes do entendimento humano, que é a sede do saber: a História à sua Memória, a Poesia à sua Imaginação e a Filosofia à sua Razão” (Bacon, 2007, p. 112). Destas três divisões principais se desdobram as classes que compõe a classificação dos saberes, apresentadas de forma resumida na Figura 2 (em apêndice).

Apesar de Graziano (1959) desenvolver sua análise considerando a classe Poesia de Bacon como equivalente a Arte na classificação de Harris – tendo em comum a posição intermediária que ocupam em ambos os sistemas – observa-se que a palavra “Arte” aparece duas vezes na classificação de Bacon, como destacado na Figura 2. Cabe aqui analisar tais situações.

| | |
|---|---|
| <p><i>History</i></p> <p>A. Natural History</p> <p> a. Generations</p> <p> b. Praeter</p> <p> c. Arts</p> <p>B. Civil History</p> <p> a. Civil History Proper</p> <p> b. Ecclesiastical History</p> <p> c. Literary History</p> <p>C. Appendix to History</p> <p><i>Poetry</i></p> <p>A. Narrative (Epic)</p> <p>B. Dramatic</p> <p>C. Allegorical. Fables, Mythologies, etc.</p> <p><i>Philosophy</i></p> <p>A. Theology or Divine Philosophy</p> <p>B. Natural Philosophy</p> <p> a. Speculative</p> <p> 1. Physics</p> <p> 2. Metaphysics</p> <p> b. Practical</p> | <p>c. Appendix Mathematics</p> <p> 1. Pure Mathematics</p> <p> 2. Mixed Mathematics</p> <p> (a) Perspectives</p> <p> (b) Music</p> <p> (c) Astronomy</p> <p> (d) Cosmography</p> <p> (e) Architecture</p> <p> (f) Mechanics</p> <p>C. Philosophy of Man</p> <p> a. Human Philosophy</p> <p> 1. Body</p> <p> (a) Medicinal Arts</p> <p> (d) Voluptuary (Liberal) Arts</p> <p> (1) Painting</p> <p> (2) Music</p> <p> 2. Soul and Body related</p> <p> 3. Soul</p> <p> (a) Rational Soul</p> <p> (1) Faculties:</p> <p> a) Logic</p> <p> b) Ethics⁸.</p> |
|---|---|

*Figura 2. Classificação de Bacon resumida
(Graziano, 1959, p. 47, grifo nosso)*

A primeira manifestação da palavra (Figura 2) está subordinada à História (emanação da Memória) e relaciona Arte à História da Natureza.

Bacon divide a História da Natureza em três: natureza em seu curso normal (história das Criaturas), em seus erros ou variações (história das Maravilhas), e alterada ou trabalhada (história das Artes). O filósofo vê a primeira como real e bem feita, mas considera as demais deficientes, pois recebem um tratamento fraco e improdutivo (Bacon, 2007).

Quando discorre sobre o último tipo de História da Natureza – a que interessa a esta análise – Bacon faz uma crítica ao tratamento insuficiente dado a este saber. Ao termo História da Natureza Trabalhada, o autor acrescenta a palavra “Mecânica”, passando a ser “História da Natureza Trabalhada ou Mecânica”.

Sobre o assunto, Bacon afirma existir “compilações de *agricultura*, bem como de *artes manuais*, mas geralmente com desprezo dos experimentos familiares e vulgares” (Bacon, 2007, p. 115, grifo nosso). Isto porque era visto com descrédito “[...] meditar sobre questões mecânicas, a não ser que estas se apresentem como coisas recônditas, raridades e sutilezas especiais” (ibidem, p. 115).

O autor considera este comportamento desdenhoso às questões mecânicas como arrogante e fútil, uma vez que são os exemplos mais simples que proporcionam informações mais seguras e não os mais elevados. Ilustra esta afirmativa apresentando a história do filósofo que “[...] por andar com a vista voltada para as estrelas, caiu na água; pois se tivesse olhado para baixo poderia ter visto as estrelas na água, mas olhando para cima não pôde ver a água nas estrelas” (ibidem, p. 116).

Bacon vê o uso da História da Natureza alterada, trabalhada ou mecânica como primordial à filosofia natural, pois beneficia e enriquece a vida humana, sugerindo soluções “mediante a conexão e transferência das observações de uma arte à prática de outra [...]” (ibidem, p. 117). Tal conduta proporcionaria “uma iluminação mais verdadeira e real sobre as causas e axiomas que até agora se alcançou” (ibidem, p. 117), o que ressalta a crença do filósofo no método empírico-indutivo.

A descrição que oferece desta História, refere-se às Artes Mecânicas, posto que são estas as artes pertinentes ao trabalho humano. De acordo com Bacon (2002, p. 49)

[...] artes mecânicas, que são fundadas na natureza e se enriquecem das luzes da experiência, [...] essas (desde que cultivadas), como que animadas por um espírito, continuamente se acrescentam e se desenvolvem, de início grosseiras, depois cômodas e aperfeiçoadas, e em contínuo progresso.

Antes, vistas como menores e desprestigiadas, as Artes Mecânicas foram resignificadas nos séculos XVI e XVII. “Os procedimentos cotidianos dos artesãos, dos engenheiros, dos técnicos, dos navegantes, dos inventores são elevados à dignidade de fato cultural [...]” (Rossi, 2006, p. 84). A valorização de sua utilidade para o progresso do conhecimento, e o destaque sobre seu valor educativo levaram homens como Bacon, Harvey e Galileu a reconhecerem suas dívidas para com

os artesãos (Rossi, 2006). Isto significa que a colaboração de Bacon não se voltou ao avanço das ciências clássicas, “[...] mas deu origem a um grande número de outros setores científicos que tinham raízes, muitas vezes, em misteres anteriores e estavam ligados a uma nova e diferente avaliação das artes mecânicas e de seu lugar na cultura” (ibidem, p. 37-38). O magnetismo e a eletricidade são exemplos da colaboração de Bacon à ciência.

A segunda manifestação da palavra Arte, está subordinada à parte Filosofia (emanação da Razão).

Inseridas, mais especificamente, dentro de Filosofia Humana, as Artes Voluptuárias (Artes Liberais), estão localizadas hierarquicamente abaixo de Corpo na classificação, conforme Figura 2.

Bacon acredita que a contemplação do homem, em Filosofia, pode ser dirigida a Deus, à Natureza, ou ao próprio Homem, gerando, consequentemente, a filosofia Divina, Natural e Humana ou Humanidade. Isto porque, “todas as coisas estão marcadas e estampadas com este caráter triplice: o poder de Deus, a diferença da natureza e a *utilidade do homem*” (Bacon, 2007, p. 136, grifo nosso).

As Artes Liberais fazem parte da Filosofia humana e, portanto, se voltam ao próprio homem e são úteis a ele. Nesta Filosofia, o indivíduo pode ser visto de forma particular e civil. Bacon (2007, p. 163) acredita que “a Humanidade Particular se compõe das mesmas partes que o homem, isto é, de conhecimentos relativos ao Corpo e [...] ao Espírito”, considerando o corpo tabernáculo do espírito.

O conhecimento concernente ao corpo humano se divide em quatro classes de acordo com seus bens: Saúde, Beleza, Força e Prazer. Assim, os saberes são, respectivamente, “[...] a Medicina ou arte da Cura; a arte do Adorno, que se chama Cosmética; a arte da Atividade, que se chama Atlética; e a arte Voluptuária, que Tácito chama acertadamente *eruditus luxus* [voluptuosidade refinada]” (ibidem, p. 167).

Bacon insere as Artes Liberais (Artes Voluptuárias) especificamente na quarta classe – Prazer – e afirma que sua principal deficiência é a de leis que a reprimam. No trecho abaixo, Bacon (2007, p. 178) deixa explícita sua insatisfação com tal Arte.

Pois, se tem sido bem observado que as artes que florescem naquelas épocas em que cresce a virtude são as marciais, e enquanto a virtude está em pleno vigor são as liberais, e quando a virtude vai declinando as voluptuosas, por isso temo que esta

época presente do mundo esteja um pouco no movimento descendente da roda. Com as artes *voluptuosas* emparelho as práticas *jocosas*, pois o engano dos sentidos é um dos prazeres delas. Quanto aos jogos de entretenimento, os considero incluídos dentro da vida e educação civis.

Também no livro “O progresso do conhecimento”, o filósofo manifesta a injustiça cometida por Platão ao considerar a Retórica como uma arte voluptuosa, “declarando-a semelhante à arte de cozinhar, que estraga as boas carnes saudáveis e as torna insalubres com variedades de molhos para agradar o paladar” (ibidem, p. 218).

Talvez sua crítica se deva ao fato de, atribuindo nova importância às Artes Mecânicas, as Artes Liberais, antes eruditas, tornam-se ilusões.

Finalmente, a Poesia (emanação da Imaginação) – divisão que Graziano (1959) considera como equivalente à Arte em Harris –, de acordo com Bacon (2007, p. 131), é “[...] uma parte do saber quase sempre restringida quanto à medida das palavras, mas em todos os demais aspectos sumamente livre”. Possui o poder de “[...] unir a seu prazer o que a natureza separou, e separar o que a natureza uniu, e desse modo fazer matrimônios ilegais e divórcios das coisas: [...] Os pintores e os poetas sempre tiveram permissão para tomar as liberdades que quisessem” (ibidem, p. 131).

Bacon considera que a Poesia possui dois sentidos: um relacionado às palavras e outro ao conteúdo. O primeiro é, objetivamente, uma característica do estilo e se inclui nas artes retóricas. O segundo constitui “[...] uma das partes principais do saber, e não é outra coisa que história simulada, que pode ser composta tanto em prosa como em verso” (ibidem, p. 131).

O filósofo dá ênfase ao segundo sentido e entende que a Poesia, nesta função de história simulada, possui o papel de satisfazer a mente humana quando a natureza das coisas não oferece esta condição. Isto porque “[...] sendo o mundo em proporção inferior à alma, é agradável ao espírito do homem uma grandeza mais ampla, uma bondade mais perfeita e uma variedade mais completa do que cabe encontrar na natureza das coisas” (ibidem, p. 131). Assim, complementa Bacon (ibidem, p. 132),

[...] a poesia simula fatos e eventos maiores e mais heróicos; [...] porque a história verdadeira apresenta ações e eventos mais comuns e menos permutáveis, a poesia lhes dota de maior raridade e variações mais inesperadas e alternantes. De modo que a poesia serve e contribui à grandeza de ânimo, à moralidade e ao deleite. E por isso sempre se pensou que tivesse em si algo de divina, porque eleva e exalta o espírito, ao submeter as aparências das coisas aos seus desejos enquanto a razão o conforma e o dobra à natureza das coisas.

Bacon (2007, p. 132-133) divide a Poesia em três tipos, conforme seu caráter próprio: Narrativa, Representativa e Alusiva. A primeira se ocupa em contar a história com as licenças da imaginação, “[...] comumente escolhendo como temas as guerras e os amores, raramente os assuntos de Estado, e ocasionalmente o prazeroso e o cômico”. A segunda apresenta a história de forma mais realista, ou seja, “[...] visível, e é uma imagem das ações como se estas estivessem presentes, do mesmo modo que a história o é das ações como são na realidade, isto é, passadas”. Já a terceira tem como objetivo “[...] expressar algum propósito ou ideia particular”. Bacon afirma que a parábola, decorrente da Poesia Narrativa, foi amplamente utilizada no passado, como por exemplo, nas fábulas de Esopo. Era preciso que “todo raciocínio que fosse mais agudo ou sutil que o vulgar se expressasse dessa maneira, porque os homens daqueles tempos queriam ao mesmo tempo variedade de exemplos e sutileza de ideias”. As parábolas tornaram-se, desta forma, as antecessoras das argumentações.

O filósofo observa ainda outra aplicação da poesia parabólica, oposta a anteriormente mencionada. Ao passo que a primeira ocupa-se em expor e exemplificar o que se ensina, a segunda encarrega-se de obscurecer a comunicação. “[...] é quando se envolvem em fábulas ou parábolas os segredos e mistérios da religião, da política ou da filosofia. Vemos este uso autorizado na poesia divina” (Bacon, 2007, p. 133).

No final do século XVI, na Inglaterra, o “[...] tema da poesia criadora do saber se apresenta ligado à visão da poesia e da fábula como *véus* que encobrem verdades muito profundas que os antigos não queriam que aparecessem para evitar que o vulgo as profanasse” (Rossi, 2006, p. 218).

Bacon (2007, p. 135) não assinala na Poesia nenhuma deficiência e acrescenta: “se quisermos ser justos com ela, teremos de dizer que, para a expressão dos afetos, paixões, corrupções e costumes, devemos mais aos poetas do que às obras dos filósofos; e, quanto ao engenho e à eloquência, não muito menos do que às arengas dos oradores”.

Portanto, constata-se que, para Bacon, a Poesia está absolutamente relacionada ao uso da palavra, fazendo parte dela a arte retórica e a história simulada (em prosa e verso). É função da primeira, segundo Rossi (2006), determinar comportamentos, estando rigorosamente ligada à ética e função da segunda, conforme visto, deleitar a mente humana.

Apesar de reforçar a importância que a Poesia possui em contribuir “à grandeza de ânimo, à moralidade e ao deleite” (Bacon, 2007, p. 131) e afirmar que “os pintores e os poetas sempre tiveram permissão para tomar as liberdades que quisessem”, Bacon não une Arte e Poesia na posição intermediária de sua classificação dos saberes – como acontece na classificação de Harris.

O filósofo apresenta o conhecimento como o final de um processo que passa pela Memória (História), Imaginação (Poesia) e Razão (Filosofia). O lugar central, habitado pela Poesia, tem a função de compreender o repositório de experiências obtido pela História, sendo então processado pela Filosofia, gerando assim o conhecimento.

As Artes Mecânicas e Liberais são contempladas no sistema de Bacon subordinadas à História e à Filosofia, respectivamente. Todavia, suas divisões em nada se assemelham às de Belas-Artes determinadas tanto por Hegel quanto por Harris. O mesmo acontece com Poesia, o que confirma, neste ponto, a afirmativa de Graziano (1959) sobre a quase inexistência de influência do pensamento baconiano na classificação de Harris.

2.2. O Sistema das Artes de Hegel

Hegel, diferente de Bacon, não estabeleceu formalmente uma classificação das ciências ou dos conhecimentos conforme consagrados à sua época.

Belas Artes

1. Arquitetura
 2. Escultura
 3. Pintura
 4. Música
 5. Poesia
-

*Tabela II. Divisão das Artes de Hegel.
Trecho da comparação de Graziano*

Para tecer comparação entre as classificações, Graziano (1959) resgatou os cinco gêneros artísticos que Hegel determinou em seu Sistema das Artes, conforme apresentados na Tabela II.

O objetivo de Hegel não era ordenar as ciências de seu tempo decretando-as à “[...] um esquema axiomático de princípios organizadores, pré-concebido e exterior, que as trataria enquanto realidades ‘imóveis’, como se de ‘espécies’ diferentes se tratasse [...]”. Pretendia sim “[...] captar as ciências na sua unidade orgânica, na sua plasticidade dialética, no movimento interno que as

anima enquanto partes necessárias de um todo – a filosofia” (Pombo, 2002).

Poesia e Arte caminham juntas nos gêneros estabelecidos por Hegel, todavia, ao incluí-los na comparação, Graziano (1959) não o faz pela posição intermediária que ocupam em uma classificação, e sim por acreditar que seu conteúdo é o que alimenta a classe Belas Artes de Harris.

O livro “Curso de Estética: o sistema das Artes” apresenta tal Sistema explicando cada gênero e o posicionamento que ocupa na divisão. Esta obra não é um livro de Hegel, mas uma compilação de seus manuscritos e anotações de seus alunos dos quatro cursos que ministrou em Berlim, de 1820 a 1828, sobre Estética. O responsável pela reunião destes textos, em 1835, foi Hotho, aluno de Hegel. No prefácio do livro, Hotho esclarece que “serviu-se em primeiro lugar do manuscrito que Hegel usava para dar aula. Como achou esse material insuficiente, promoveu uma colagem de diversas transcrições de alunos” (Keller, 2011, p. 7).

A edição realizada por Hotho é controversa. Segundo Keller (2011, p. 7) “ele parece ter esquecido a diferença entre editor e autor e ter, com isso, imiscuído pensamentos próprios com os de Hegel”. Keller (2011) elucida que outras transcrições de alunos foram descobertas, e o acesso a elas possibilitou uma visão mais precisa do conteúdo dos cursos ministrados por Hegel. Os novos trabalhos editoriais começaram a surgir apenas na década de 30, todavia a edição de Hotho foi a que obteve maior sucesso. Este ensaio utiliza a tradução realizada em 1997 pela editora Martins Fontes de “Vorlesungen über die Ästhetik”, título original da obra em alemão, editada por Hotho.

Hegel (1997, p. 13) aponta que “a verdadeira classificação deve basear-se [...] na natureza das obras de arte, a qual esgota no conjunto dos gêneros a totalidade dos aspectos e dos momentos inerentes ao conceito de arte”. Sendo assim, cada gênero ocupa uma posição lógica dentro do Sistema.

O primeiro lugar, ocupado pela Arquitetura, a pertence por sua própria natureza. Segundo Hegel (1997, p. 16), a arte tem início por ela, pois em seu princípio, ainda não havia estabelecido, “[...] nem os materiais apropriados nem as formas correspondentes” para representar seu conteúdo espiritual. Isto “[...] a obrigou a limitar-se à simples procura da verdadeira adequação e a contentar-se com o conteúdo e com um modo de representação puramente exteriores”.

O segundo lugar corresponde à Escultura. Para Hegel (1997, p. 17), esta forma artística possui

seu princípio e conteúdo “[...] representados pela individualidade espiritual, tal como ideal clássico, de maneira que a interioridade e a espiritualidade encontrem sua expressão no aspecto corporal imanente ao espírito [...]”. Assim como a arquitetura, a escultura faz uso de materiais pesados em sua totalidade espacial, mas nela, a forma determinada pelo conteúdo representa a vida real, ou seja, é a figura humana “[...] que deve ser a representação exterior adequada da independência divina na sua alma grandiosa e na grandeza tranquila, sem se deixar tocar pelas vicissitudes e limitações da ação, por conflitos e sofrimentos”.

O terceiro e quarto lugar do Sistema, são ocupados pelas artes que Hegel (1997, p. 17) determina como as últimas “[...] que têm por incumbência exteriorizar a interioridade subjetiva”. São elas: Pintura e Música.

A pintura é o primeiro passo do sensível para se aproximar do espírito. Diferente das outras artes, não manipula materiais pesados, suprimindo a realidade da manifestação sensível à aparência, fazendo uso das cores. Isto é, “[...] a pintura para exprimir a profundidade da alma, reduz as três dimensões do volume às duas da superfície e representa as distâncias e as figuras espaciais com o auxílio de aparências produzidas pelas cores” (ibidem, p. 17-18). A figura exterior torna-se a expressão total do interior, mostrando o absoluto não apenas voltado a si, mas também a “[...] subjetividade espiritual, capaz de ver, de sentir, de agir, de contrair relações com o que é diferente dela, e, por conseguinte, exposta à dor, ao sofrimento, acessível, a todas as paixões e a todas as satisfações”. Ao representar este conteúdo, “[...] a pintura deve utilizar, no que concerne à forma, os objetos exteriores em geral, tanto aqueles que encontra na natureza como as manifestações do organismo humano, na medida em que deixem transparecer o espírito”.

A música, diferente da pintura, não possui forma. “O seu elemento próprio é a interioridade como tal [...] que se manifesta não na realidade exterior, mas por uma exteriorização instantânea que se desvanece logo que é surpreendida” (ibidem, p. 18). A subjetividade espiritual, na sua unidade imediata, é o que estabelece seu conteúdo. Utiliza como materiais “[...] os sons e as suas figuras, os seus acordes e separações, as suas combinações, oposições, contradições e mediações, segundo as suas diferenças quantitativas e as suas durações submetidas a medidas especiais, elaboradas com método”. A arte permite que a alma humana absorva música como sentimento puro, desprendida de um suporte.

O gênero que segue a pintura e a música, e ocupa o último lugar no Sistema das Artes, é a Poesia. Descrita por Hegel (1997, p. 18) como a arte da palavra, é compreendida por ele como a “[...] verdadeira arte absoluta do espírito manifestando-se como espírito”. Por sua forma de representação, o filósofo considera a Poesia como a arte total ou a arte em si, pois a palavra é a única com a capacidade de “[...] se apropriar, de exprimir, transformando-o [espírito] em objeto de representação, tudo quanto a consciência concebe e reveste de uma forma que ela encontra em si própria”.

A Poesia vence sob o ponto de vista espiritual, sendo a arte mais rica e ilimitada, mas perde sob o sensível, pois é desprovida “[...] de toda a existência sensível na qual o espírito possa encontrar a forma sensível que lhe convém” (ibidem, p. 19), como fazem as demais artes do Sistema. A Poesia “[...] procura somente tornar acessíveis à intuição e à representação espirituais as significações revestidas de uma forma de proveniência puramente interior”.

Estas cinco artes formam, segundo Hegel (1997, p. 20), “[...] o sistema definido e articulado da arte real e efetiva. Existem certamente, além destas, outras artes, tais como a dança, a arte dos jardins etc., mas artes incompletas”.

Resumidamente, sobre as representações sensíveis, Keller (2011, p. 71) afirma:

A arquitetura é a arte mais pesada, que trabalha a materialidade bruta. A escultura está ainda no domínio das três dimensões, seguindo-se a pintura que já reduz seu material ao plano de duas dimensões. A sequência mostra as duas últimas artes [música e poesia] como artes que se desenrolam precipuamente no tempo.

De acordo com Duarte (2016, p. 6), a música apesar de ser “[...] mais espiritual do que a pintura, porque marca a passagem do domínio da espacialidade para o da temporalidade”, é superada pela poesia, pois, “[...] nela, a sonoridade não vale por si como elemento expressivo, mas está a serviço de um sentido, [...] a sonoridade da língua é apenas o transmissor do elemento espiritual”. Por utilizar a palavra, a quinta arte, Poesia, está menos presa ao sensível tornando-se mais espiritual, sendo “entendida não apenas como a arte mais elevada, mas também como ‘última’ expressão artística, já que no desenrolar dialético da esfera do espírito absoluto a próxima estação já se encontra para além do âmbito artístico [...]” (ibidem, p. 5).

Vale ressaltar que, apesar de Graziano (1959) não incluir em seu quadro comparativo a Prosa após a Poesia na classificação de Hegel, no livro “Curso de Estética: o Sistema das Artes”, a Prosa

está contida no capítulo terceiro, que trata “A Poesia”.

É notório que as Artes se dividem de forma absolutamente diferentes nas classificações de Bacon e Hegel. E, ainda que a Poesia assuma um papel relevante para ambos, isto ocorre de forma distinta. Bacon a utiliza como classe intermediária na progressão do conhecimento, sendo responsável por compreender as experiências da História transmitindo-as para a Filosofia. Em sua classificação, as Artes mecânicas e liberais ficam dispersas e distantes desta função mediadora. Já Hegel, sem pretender classificar o conhecimento, vê a Poesia como a arte mais elevada por sua proximidade com o Espírito, inserindo-a como o último gênero de seu Sistema das Artes, que se trata de “um processo dialético a partir do qual os principais *métiers* artísticos [gêneros da arte], começando pela arquitetura e terminando com a poesia, se interrelacionam, levando em conta características de sua espaço-temporalidade” (Duarte, 2016, p. 5).

2.3. A classe arte de Harris

Em seu quadro comparativo, Graziano (1959) expõe a classe Arte de Harris conforme retirada de seu artigo “Book Classification”, de 1870 (Tabela III):

| |
|-------------------------|
| 64. (B) Arte |
| 65. XII. Belas Artes |
| a. Arquitetura |
| b. Escultura |
| c. Desenho e Pintura |
| d. Gravura e Litografia |
| e. Imagens |
| f. Música |
| 66. XII. Poesia |
| 69. XVI Prosa Ficcional |

Tabela III. Classe Arte de Harris.
Trecho da comparação de Graziano.

O autor apresenta seu sistema de classificação, elaborado especificamente para organização de livros em bibliotecas, esperando que este seja útil “[...] não apenas aos bibliotecários, mas especialmente aos estudantes de filosofia que desejarem olhar para a gama de inteligência humana contida nos livros” (Harris, 1870, p. 115, tradução nossa).

Harris (1870) afirma que todo esquema de classificação tem como base um sistema filosófico e declara fazer uso das ideias formativas de Bacon no que propõe. Isto significa que, em seu esquema, o autor não aplica

integralmente o mapeamento dos saberes idealizado por Bacon, pois o considera inapto a atender questões específicas da classificação de livros, dado que não foi criado para tal. Ao diferenciar classificação das ciências e classificação de livros, Harris defende que as demandas não são as mesmas para ambas. Enquanto a ciência tem em seu domínio toda existência e, em certo grau, pode ser classificada por seu assunto-objeto, os livros não devem receber o mesmo tratamento, já que podem abordar uma ou mais fases do assunto de uma só vez. “[...] O princípio da classificação [de livros] não é simples, como aquele usado pelos classificadores das ciências – Coleridge, Ampère, Comte, Bacon, e Aristóteles –, mas composto, no qual forma e conteúdo se limitam mutuamente” (Harris, 1870, p. 120, tradução nossa). No entanto, apesar de um esquema de classificação das ciências não atender as necessidades impostas na organização de livros em uma biblioteca, pode sim oferecer base filosófica para um sistema com essa finalidade.

Desta maneira, Harris (1870, p. 115, tradução nossa) utiliza na construção de sua classificação “a distinção fundamental de Bacon [...] das diferentes faculdades da alma [...] Memória, Imaginação e Razão, a partir da qual se realizam os três grandes departamentos de aprendizagem humana, a saber: História, Poesia e Filosofia”. O autor assegura que, apesar de Bacon não ter a intenção de classificar livros, “[...] seu olhar profundo capturou a ideia formativa que distingue as diferentes espécies de livros” (ibidem, p. 115, tradução nossa).

Harris (1870) chama a atenção para mais um fator que impossibilita o uso de forma plena do esquema proposto por Bacon, sua obsolescência em relação ao pensamento vigente no século XIX. Como exemplo, menciona que à época de Bacon “[...] a prosa ficcional tinha se desenvolvido muito pouco, [...] conseqüentemente, Bacon escolheu o nome Poesia para todo o domínio” (ibidem, p. 117, tradução nossa). Já no século XIX, “[...] o domínio [...] da Fantasia ou Imaginação Produtiva é chamado Arte ou Estética. A derivação da palavra Poesia, Poieo [...] contendo significado criativo admiravelmente adaptado para nomear as obras da Imaginação Produtiva” (ibidem, p. 117-118, tradução nossa).

Apesar da inaptidão do sistema de Bacon para classificação de livros, Harris defende seu princípio de divisão como verdadeiro e alega que para aplica-lo em uma biblioteca “[...] é necessário não perder de vista seu espírito, nos detalhes que Bacon dá. Verifica-se que em divisões e seções menores, o conteúdo exerce

uma influência predominante sobre a classificação, enquanto nas divisões principais a forma é o princípio orientador” (ibidem, p. 119, tradução nossa).

As mudanças de pensamentos filosóficos levaram Harris (ibidem, p. 119, tradução nossa) a adaptar as divisões de Bacon ao seu tempo, iniciando pela inversão da ordem por ele proposta. Ao que Bacon ordena História-Poesia-Filosofia, Harris estabelece Ciência-Arte-História. A Ciência ocupa o lugar da Filosofia e vem em primeiro lugar fornecendo “[...] o método e os princípios para o que se segue”.

I. CIÊNCIA dá o departamento de livros em que o sistema consciente prevalece; II. ARTE (Estética) dá o departamento onde a “unidade orgânica” ou sistema inconsciente prevalece; III. HISTÓRIA dá o departamento onde o sistema é determinado pelas relações acidentais, como tempo e lugar.

Enfim, tratando-se da divisão principal Arte, Harris (1870, p. 123, tradução nossa) estabelece o seguinte desdobramento em seu sistema de classificação:

- I. Belas Artes
- II. Poesia
- III. Prosa ficcional

IV. Miscelânea literária, composta por obras retóricas (orações) e ensaios literários que têm uma forma de arte mais ou menos impura, ou estão tão relacionados com obras de arte em seu assunto-objeto que não se separam da classe.

Especificamente, na classe Belas Artes, observa-se a seguinte subdivisão (ibidem, p. 127, tradução nossa):

- a. Arquitetura.
- b. Escultura.
- c. Desenho e Pintura.
- d. Gravura e Litografia, Fotografia.
- e. Imagens (coleções).
- f. Música.

Identifica-se, através do recorte temático da Arte, a expansão da classificação de Harris em relação ao sistema que ele diz se basear, o de Francis Bacon. O autor não apenas reúne os gêneros artísticos sob a classe Belas Artes, como insere a Poesia e a Prosa dentro da divisão principal Arte, o que não ocorre no esquema de Bacon.

Hegel e sua filosofia não são mencionados por Harris em nenhum momento de suas considerações. No entanto, sua proximidade com o filósofo torna-se visível pelo conteúdo que compõe

sua classe Artes, com divisões claramente extraídas do Sistema elaborado por Hegel (Tabela IV), conforme sugerido por Graziano (1959).

| Sistema das Artes de Hegel | Classificação bibliográfica de Harris |
|----------------------------|---------------------------------------|
| Belas Artes | 65. XII. Belas Artes |
| 1. Arquitetura | a. Arquitetura |
| 2. Escultura | b. Escultura |
| 3. Pintura | c. Desenho e Pintura |
| 4. Música | d. Gravura e Litografia |
| 5. Poesia | e. Imagens (coleções) |
| | f. Música |
| | XII. Poesia |
| | 69. XVI Prosa Ficcional |

Tabela IV. Comparação Hegel e Harris

3. Avançando um pouco mais a questão

Para sustentar sua proposição e negar a influência de Bacon sob a classificação de Harris, Graziano utiliza a classe Belas Artes de maneira, pode-se dizer, esclarecedora. A presença de Hegel torna-se incontestável em Harris quando são expostas as divisões das classes de ambos os filósofos.

A fim de fortalecer sua justificativa, Graziano (1959) agrega outros fatores. O autor afirma que Harris era hegeliano por admissão e profissão, tendo estudado esta filosofia de 1858 a 1879, tornando-a base de todas as suas atividades. Isto teria levado Harris a agir sob influência de Hegel, mesmo quando, em seu artigo, admite como verdadeiro o princípio da divisão de Bacon, baseado tanto na forma quanto no conteúdo. Ciente da Lógica de Hegel, Harris sabia das considerações do filósofo sobre o assunto. Segundo Graziano (1959, p. 48), Hegel afirma:

Em um livro, por exemplo, certamente não tem influência sobre o conteúdo, se ele for escrito ou impresso, encadernado em papel ou em couro. [...] além de uma forma tão indiferente e externa, o conteúdo do livro é sem forma... O conteúdo da *Iliada*, pode-se dizer, é a guerra de Tróia, e especialmente a ira de Aquiles. Nisto temos tudo, e ainda muito pouco; *Iliada* é a *Iliada* pela forma poética, na qual esse conteúdo é moldado.

Graziano (1959) indica também que as três divisões principais de Harris (Ciência – Arte – História), correspondem e se referem essencialmente, aos mesmos três níveis de conhecimento lógico e ontológico de Hegel (*Begriff – Wesen – Sein*) e não às divisões de Bacon (História – Poesia – Filosofia) invertidas, como declara Harris.

Sobre este ponto de vista, observa-se que Olson (2011) possui um posicionamento diferente. Afirmado que a ordem estabelecida por Hegel é *Sein – Wesen – Begriff*, a autora opõe-se à evidência de Graziano e acrescenta que Harris inverteu não só a ordem de Bacon, como também a de Hegel.

Segundo Olson (2011, p. 7),

a *Lógica* de Hegel enumerava três categorias de existência: Ser (*Sein*), Essência (*Wesen*), e Ideia (*Begriff*). [...] Harris descreveu o conceito de Ser como uma condição ilusória na qual a pessoa percebe a realidade somente como se ela fosse o que aparenta ser – aquilo que é imediatamente percebido e que não requer mediação. [...] o Ser dá espaço à Essência – um estado desiludido no qual uma pessoa reconhece que aquilo que esta aparente não é uma realidade independente, mas os resultados dependentes de várias forças ocultas por trás das ilusões do Ser independente. Assim, a Essência é uma condição na qual o óbvio é mediado por uma compreensão cética. Finalmente, a Essência leva à atividade autônoma da Ideia – uma categoria superior, que é a revelação de um ser superior. [...] A ideia transcende estas formas para se tornar uma revelação da perspectiva teísta que Hegel tinha de Deus.

Apesar do esforço de Graziano, o pensamento baconiano existente em Harris não pode ser absolutamente descartado, ainda que a presença de Hegel seja inegável. Ou seja, é possível que tanto Bacon quanto Hegel tenham proporcionado bases teóricas para elaboração da classificação bibliográfica de Harris.

Ao propor a análise da classe Artes nos três esquemas classificatórios – de Bacon, Hegel e Harris – Graziano (1959) estabelece uma comparação entre três perspectivas distintas. Bacon cria seu esquema filosófico para classificar as ciências, no século XVII; Hegel propõe uma classificação que capte a unidade orgânica e plasticidade dialética das Artes, no século XIX; e Harris elabora um sistema para organização de livros, no mesmo século que o anterior. Tais esquemas podem possuir, portanto, uma estruturação diferente, de acordo com suas funções e épocas em que foram elaborados.

Harris afirma que toda classificação tem base em um sistema filosófico e destaca a importância da forma e conteúdo de Bacon como princípios da classificação. O autor declara fazer uso das ideias formativas de Bacon no esquema que propõe – demarcando as divisões principais que distinguem as diferentes espécies de livros –, mas não esclarece a influência que o direciona quanto ao conteúdo, responsável por alimentar as divisões e seções menores. Graziano (1959) proporciona esta resposta ao abordar em seu

artigo a classificação das Artes, que se apresenta como retrato do Sistema das Artes de Hegel.

Olson (2001) corrobora com este pensamento e menciona que para elaborar seu sistema, Harris interpretou a dialética epistemológica de Bacon e o modelo ontológico da lógica de Hegel.

A Poesia, classe intermediária de Bacon, ocupa no esquema de Harris a mesma posição, todavia aparece acompanhada das Belas Artes, seguindo a mesma ordenação estabelecida por Hegel. Assim como Harris aponta que, no tempo de Bacon, século XVII, a prosa havia se desenvolvido muito pouco e por isso não é mencionada, também as outras Artes não poderiam ocupar o mesmo lugar que dominam na classificação de Harris, século XIX, ficando divididas no sistema de Bacon.

A classe mediana, que para Bacon está ligada à imaginação e para Harris ao sistema inconsciente, conforme afirmam, no esquema de Harris não se limita apenas às palavras, isto é, à Poesia. Percebe-se que as Artes no sistema de Hegel, e conseqüentemente no de Harris, progredem da menor proximidade que possuem com o espírito para a maior, implicando em uma menor participação do sensível.

Segundo Sales e Pires (2017, p. 3, tradução nossa), o reflexo do pensamento baconiano em Harris está na “formação da ideia de conhecimento com base nas faculdades mentais do homem”. O objetivo de Bacon era estruturar um método do conhecimento, e suas divisões principais agem como formas de conhecimento. Para o filósofo inglês, “forma significa caminho e a possibilidade de aproximar o conhecimento”. Por sua vez, o pensamento idealista de Hegel “focado no ‘como’ e no ‘processo’, talvez tenha encontrado na interpretação de Harris o diálogo para a concepção baconiana de ‘forma’ e ‘forma de conhecimento’”.

Sales e Pires (2017) sugerem que um dos motivos de Harris não ter mencionado Hegel como parte de sua influência filosófica se deve ao fato de que a lógica baconiana já havia alcançado amplo reconhecimento acadêmico na época de Harris, tendo sido aplicada, por exemplo, em iniciativas relevantes como o arranjo de classificação da Enciclopédia de Arte e Ciência de D’Alembert e Diderot, na segunda metade do século XVIII, e na classificação de Thomas Jefferson, em 1815.

4. Considerações

A afirmação de que o arranjo das artes na classificação de Harris não seria baseada na classifi-

cação do conhecimento proposta por Francis Bacon, mas sim pela divisão das artes realizada por Hegel (afirmação feita por Eugene Graziano), reabre discussões teóricas que contribuem diretamente para questões de ordem histórica no universo biblioteconômico, visto que o sistema de Harris é uma das portas de entrada para os estudos de classificações bibliográficas no século XIX. A literatura especializada vem ao longo de décadas creditando a Bacon a base teórica que estrutura conceitualmente as classificações de bibliotecas mais influentes na história da biblioteconomia ocidental, tais como a classificação de Harris e as subsequentes classificações decimais de Dewey e Universal. Essa perspectiva tem exercido definitiva influência nos estudos classificatórios levados a cabo nos cursos de biblioteconomia do Brasil, uma vez que é flagrante o fato de que a contribuição de Hegel para a lógica classificatória passa longe das disciplinas vinculadas às classificações bibliográficas.

O presente ensaio, que teve como ponto de partida a afirmação de Graziano (1959), que desloca o referencial teórico das classificações de Bacon para Hegel, procurou trazer à tona o questionamento revelado pelo pesquisador norte-americano e avançar um pouco mais a discussão, de modo a contribuir para a pesquisa na área das classificações no Brasil, visto que nos Estados Unidos, notadamente com Graziano e Olson (2001; 2011), a influência de Hegel já mostra sua presença.

Assim como Graziano (1959), o foco de atenção aqui esteve voltado para a subdivisão da classe Artes nas classificações examinadas. Pode-se constatar que, embora declarada sua base baconiana ao elaborar seu sistema de classificação, Harris não enunciou explicitamente que suas divisões foram fundamentalmente orientadas pela lógica hegeliana. Tal orientação fica clara no fato de que Harris parece ter dado muito mais ênfase ao movimento que vai das artes mais concretas para as mais abstratas, iniciando pela Arquitetura e finalizando com a Poesia, como preferia Hegel, do que privilegiando a função mediadora das artes espalhadas em diversos pontos da classificação de Bacon.

Quando Harris praticamente copia a estrutura das Artes definida por Hegel em seus cursos de Estética, torna evidente que embora não o tenha citado em seu artigo *Book Classification*, Hegel foi sua principal influência para o desdobramento interno dos assuntos de sua classificação. Nesse sentido, é possível afirmar que Harris tomou como ponto de partida as ideias formativas de Bacon para a macroestruturação de sua classificação, organizando-a com base nas faculdades

de Memória-Imaginação-Razão, e sua ordenação interna, ou melhor, o desdobramento de seu arranjo conceitual, se deu essencialmente com base na divisão de Hegel.

É curioso observar que ao desenvolver sua classificação de livros, Harris conseguiu unir duas perspectivas bastante distintas que sequer tinham a proposta de classificar livros. A perspectiva indutiva de Bacon, que tinha como pretensão dar ordem aos saberes produzidos pela humanidade, deu vez a uma dialética empirista que deixava às artes um papel mediador que ligaria a memória e a razão. Bacon fez isso em um período em que a História parecia estar muito mais consolidada como forma de saber do que a própria Ciência. Hegel, por sua vez, trouxe uma perspectiva racionalista fomentadora de uma dialética idealista encabeçada pela razão (pela Ciência e pela Filosofia) no intuito de compreender o processo do saber, do conhecimento.

Bacon está presente na classificação de Harris na definição das três grandes classes – História-Poesia-Filosofia –, ao passo que Hegel está fundamentalmente na ordenação dessas classes – Ciência-Arte-História – e nas subdivisões das artes, da mais concreta (mais sensível) à mais abstrata (mais essencial). Assim, não é descabido afirmar que a classe Arte em Harris se aproxima sensivelmente da categoria Essência de Hegel. Desse modo, não cabe aqui concordar integralmente com Graziano e afirmar que a classificação de Harris “vira as costas” para a lógica de Bacon e se aproxima exclusivamente à lógica de Hegel. Prefere-se aqui entender que Harris conseguiu a proeza de unir filosofias distintas para o universo biblioteconômico das classificações. No entanto, dada a visível convergência entre a classificação de Harris e a divisão proposta por Hegel, entende-se que a alegação de Graziano presta um favor pertinente e relevante aos estudos das classificações bibliográficas, transferindo a esses a responsabilidade de inserir Hegel no ensino e pesquisa da área.

Referências

- Bacon, Francis (2002). *Novum organum*. 2002. <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/norganum.pdf> (2018-01-11).
- Bacon, Francis (2007). *O progresso do conhecimento*. São Paulo: UNESP, 2007. Tradução Raul Fiker. Título original: *The Proficiency and Advancement of Learning Divine and Humane* (1605).
- Barbosa, A. P. (1969). *Teoria e prática dos sistemas de classificação bibliográfica*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1969. *Obras Didáticas*, 1.
- Duarte, Rodrigo (2016). *Do sistema das artes à ambiência pós-histórica: itinerários da estética contemporânea*. // *Viso - Cadernos de estética aplicada: revista eletrônica*

- de estética. 10:19 (julho-dezembro 2016). http://www.revistaviso.com.br/pdf/Viso_19_RodrigoDuarte.pdf (2018-01-12).
- Eaton, T. (1959). The development of classification in America in The role of classification in the modern American library. Champaign, Illinois: University of Illinois, 1959.
- Foskett, A.C. (1973). A abordagem temática da informação. São Paulo: Polígono; Brasília: UnB, 1973. Tradução de Antônio Agenor Briquet de Lemos.
- Graziano, Eugene E. (1959). Hegel's philosophy as basis for the Dewey Classification Schedule. // *Libri*. 9 (1959) 45-52.
- Harris, WM. T. (1870). Book classification. // *The Journal of Speculative Philosophy*. 4 (1870) 114-128.
- Hegel, G. W. F. (1997). Curso de Estética: o Sistema das Artes. São Paulo: Martins Fontes, 1997. Tradução Álvaro Ribeiro. Título original: *Vorlesungen über die Ästhetik* (1835).
- Hegel, Georg Wilhelm Friedrich (1835). *Vorlesungen über die Ästhetik*. Berlin: Verlag von Dunder und Humboldt, 1835. Edição de D. H. G. Hotho. http://reader.digitale-sammlungen.de/de/fs1/object/display/bsb10045986_00006.html?zoom=0.55 (2018-01-14).
- Keller, Phillip Wilhelm (2011). Estrutura da obra de arte na filosofia de Hegel: análise da estrutura da arte nos cursos de Berlim com relação aos conceitos de organismo, ação e conceito. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011. Tese de Doutorado em Filosofia.
- La Montagne, L. E. (1961). American library classification: with special reference to the Library of Congress. Handen: The Shoe String Press, 1961.
- Leidecker, K. F. (1946). Yankee teacher: the life of William Torrey Harris. New York: The Philosophical Library, 1946.
- Mills, J. (1960). A morden outline of library classification. London: Chapman and Hall, 1960.
- Olson, Hope A. (2011). A potência do não percebido: Hegel, Dewey e seu lugar na corrente principal do pensamento classificatório. // *InCID: R. Ci. Inf. e Doc.* 2:1 (janeiro-junho 2011), 3-15. <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42331> (2017-05-20).
- Olson, Hope A. (2001). Sameness and difference: a cultural foundation of classification. // *Library Resources & Technical Services*. 45:3 (julho 2001) 115-122. http://polaris.gseis.ucla.edu/gleazer/462_readings/olson_2001.pdf (2017-05-20).
- Piedade, M. A. R. (1983). Introdução à teoria da classificação. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 1983.
- Pombo, Olga (2002). O enciclopedismo romântico: Novalis e Hegel. Lisboa, 2002. <http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/enc/cap3p7/romantico.htm> (2018-01-13).
- Rossi, Paolo (2006). Francis Bacon: da magia à ciência. Londrina: Eduel; Curitiba: UFPR, 2006. Tradução Aurora Bernardini.
- Sales, Rodrigo de; Pires, Thiago Blanch (2017). The classification of Harris: influences of Bacon and Hegel in the universe of library classification. // *Proceedings of the VI North American Symposium on Knowledge Organization*. Champaign: University of Illinois, 2017. http://www.iskocus.org/NASKO2017papers/NASKO2017_paper_5.pdf (2017-08-16).
- Sayers, W. C. B. (1955). An introduction to library classification. 9. ed. Londres: Grafton, 1955.
- Shirayama, Cristiane de Melo (2016). Francis Bacon e O Progresso do Conhecimento no Início do Século XVII. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016. Dissertação de Mestrado em Filosofia.
- Vickery, Brian C. (1980). Classificação e indexação nas ciências. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1980. Tradução de M.C.G. Pirolla.
- Wiegand, W. A. (1998). The Amherst Method: the origins of the Dewey Decimal Classification scheme. // *Libraries & Culture*. 33 (1998) 175-194.

Enviado: 2018-03-30. Segunda versão: 2018-06-09.
Aceptado: 2018-05-28.
